



**Jornal Notícias**

02-09-2013

<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Política
<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 2315
<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
<b>Tiragem:</b> 110603	<b>Página (s):</b> 1/26/27/30



**JOSÉ SOEIRO**, do BE, em entrevista

“Não é com esmolas  
que se combate a crise”

## ENTREVISTA // JOSÉ SOEIRO

Candidato do Bloco de Esquerda à Câmara do Porto

# “Não é com esmololas que se resolve a crise”

Ivete Carneiro  
ivete@jn.pt

**D**efende a alocação de parte da derrama ao apoio da economia local. Defende que a Câmara tome conta, reabilite e alugue, barato, casas particulares devolutas, voltando a entregá-las aos donos quando recuperar o investido. É preconiza a revisão das regras na habitação social. José Soeiro acredita, assim, trazer as pessoas de volta à cidade do Porto.

**A crise está a empobrecer largas camadas da chamada classe média. Que propostas tem para contrariar o fenómeno?**

Nos últimos anos, o Governo do PSD/CDS cortou salários e pensões, reduziu a participação dos medicamentos e, enquanto isso acontecia, essas medidas tiveram o silêncio e o acordo daqueles que hoje se candidatam em nome desses partidos. Não é com esmololas que se vai resolver o problema do empobrecimento e da crise. É com medidas justas. E com a capacidade de a câmara responder à crise social, assumir o papel que pode ter, por exemplo, na criação de emprego.

**Como?**

Defendemos que pelo menos 30% da derrama, que é o imposto sobre os lucros das empresas (nove milhões na cidade do Porto; já foi mais), seja utilizado para incentivar a economia local. Mas a resposta à crise também deve passar pela intervenção no

domínio da habitação, que é aquele que sorve grande parte do rendimento das famílias. Parar os despejos em situações de carência económica, impedir que se multipliquem os cortes de água e luz, tanto mais que a empresa das Águas do Porto tinha dez milhões que foram retirados pela autarquia e que seriam mais do que suficientes para garantir que toda a gente tenha acesso a esse bem. Por fim, criar respostas sociais no domínio da educação e da saúde. Porque o empobrecimento resulta do desemprego que tem sido promovido por esta lógica de austeridade e por quem a tem apoiado – o PSD e o CDS – no país como na cidade. Resulta do corte do salário indireto das pessoas, que são os serviços públicos. E o Porto tem energias e potencialidades, até pela massa crítica que a cidade gera, a partir da sua universidade, do conhecimento que produz, pelo património que tem, material e imaterial, que poderiam ser uma alavanca de outro tipo de desenvolvimento.

**Entende que esses dinheiros seriam suficientes?**

Os problemas do Porto merecem ação local e exigem também que no país tenha menos força a política de austeridade que o PSD e o CDS têm imposto. O que nós dizemos é que também nestas eleições os votos nas candidaturas às direitas serão utilizadas pelo Governo e pelo PSD e o CDS para acentuar, reforçar e legitimar a sua política de empobrecimento.

Localmente, é preciso uma política que faça pela existência de mais oferta pública na habitação e crie uma bolsa de arrendamento a preços sociais, a partir da recuperação das casas que a autarquia tem no centro histórico. Porque umas das limitações à autonomia dos jovens e à sua permanência na cidade do Porto e um dos domínios do declínio da cidade é precisamente o seu esvaziamento e o preço das rendas, que não é comportável para uma classe média empobrecida.

**Isso leva-nos à questão da reabilitação urbana enquanto pilar do relançamento económico...**

A reabilitação urbana não pode ser entendida como a promoção da especulação imobiliária, que é o que tem

acontecido. A Sociedade de Reabilitação Urbana, um modelo que tem sido defendida pelas candidaturas à Direita e foi até dirigida pelo [candidato independente] Rui Moreira, reabilitou diretamente uma única casa. Todas as outras foram-no através de negócios imobiliários. O resultado está à vista: não trouxeram ninguém para o centro e são incomportáveis para quem tenha rendimentos médios. Também é preciso, como a lei já prevê e não tem sido feito, punir fiscalmente, agravando o IMI, as casas abandonadas e devolutas.

**Isso não resolve o problema da falta de reabilitação dessas casas. Muitos não têm meios para fazê-la.**

A autarquia pode tomar posse dessas casas, reabilitá-las e colocá-las para arrendamento a preços acessíveis. Ao fim de dez anos, terá recuperado o que investiu e pode devolvê-las aos proprietários. Ganham todos: a cidade porque é repovoada, as pessoas porque têm habitação a preços acessível, e até os proprietários, que não têm como reabilitar as casas. Depois há também os equipamentos, o comércio, o espaço público.

**Em que termos?**

Veja o exemplo do Bolhão. É um equipamento muito relevante na cidade, que pode e deve ser a âncora da dinamização e da regeneração daquela zona da cidade. Luis Filipe Menezes propõe a concessão do Bolhão a privados. Rui Moreira propõe que se façam residências estudantis... Ora, o Bolhão não precisa de



66

*“Uma cidade, para ser atraente, tem que ser habitada, vivida. O centro histórico não pode ser um parque temático ou um deserto com turistas. Tem que ser uma cidade com memória, com gente”.*

ser adulterado. A força do Bolhão é o seu património, a sua história, a alma dos seus vendedores. Precisamos de requalificar o mercado – e isto também é reabilitação – mantê-lo como mercado popular de frescos, com os vendedores que lá estão e trazer novos vendedores, no-

meadamente das novas realidades, da agricultura biológica, dos produtos da cidade, como o Vinho do Porto, e até com um ou outro serviço público que possa ser enquadrado ali.

**Mais uma vez, é preciso dinheiro. Ora a reabilitação urbana tem sido olhada**



SHERWIN WHEAT / SHUTTERSTOCK

desperdiçado recorrentemente fundos europeus que poderiam estar ao serviço da cidade. Ao não se candidatar a um programa para requalificar o Bolhão, a autarquia perdeu cerca de 12 milhões. **O investimento é essencial para virar a crise ao contrário. Que trunfos é que o Porto tem para oferecer a potenciais investidores?**

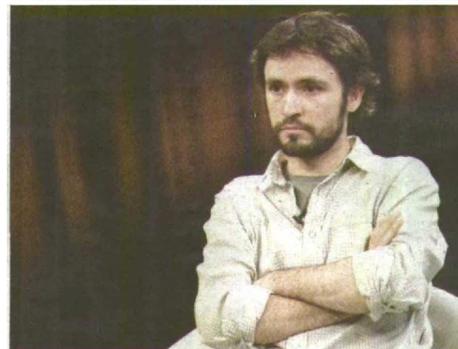
A cidade tem um património magnífico. Passa pelo potencial que tem nas pessoas que forma, desde logo. Temos centros de investigação de ponta em muitas áreas, nomeadamente a saúde. Temos uma Faculdade de Arquitetura que é uma referência mundial. Temos toda a cultura da cidade, ligada à história do cinema, por exemplo - Aurélio Pais dos Reis, Manoel de Oliveira. A cidade tem o seu centro histórico, património da Humanidade, tem produtos. A câmara não fez nada para promover o Vinho do Porto. Há redes internacionais de cidades promotoras do vinho, que poderiam gerar aqui atividades económicas e o Porto nem sequer aderiu. Nunca a câmara investiu tão pouco. E ao mesmo tempo nunca houve uma lista tão extensa de património da cidade que passou para as mãos privadas. Foram mais de cem imóveis, cem milhões de euros que deixaram de pertencer à cidade. O que é isto senão um saque? Investir é também investir na reabilitação dos equipamentos públicos, no comércio local. O Porto é uma cidade de comércio, tudo isto, seria fundamental para virarmos a situação de declínio ao contrário.

**Um setor que parece passar entre os pingos da chuva é o turismo...**

Sim, mas uma cidade, para ser atraente, tem que ser habitada, vivida. O centro histórico não pode ser um parque temático ou um deserto com turistas. Tem que ser uma cidade com memória, com gente, que valoriza o seu património. Faz sentido

a descaracterização que se faz daquilo que é o potencial da cidade? O Bolhão é obviamente um espaço de atração turística se mantiver as características que fazem a sua identidade. Faz sentido que o Porto, com um património arquitetónico tão forte - desde Nasoni ao período moderno ou à escola de Arquitetura - não tenha roteiros turísticos ligados a isto? ●

## “É possível uma política municipal de reutilização de manuais escolares”



**Os cortes na educação têm marcado a política de austeridade. Ainda há dias se noticiou o encerramento de uma escola primária. O que preconiza para a rede escolar municipal?**

Acho que precisamos de uma nova visão sobre as escolas. Precisam de ser espaços socioeducativos ao serviço das comunidades. E isso implica valorizar o espaço da escola, não apenas na sua dimensão de instrução, mas na diversidade de funções que pode constituir o seu mundo. As escolas podem estar abertas não apenas no período escolar, mas ao fim de semana, disponibilizando equipamentos desportivos, bibliotecas, computadores à comunidade, tendo atividades e mantendo até, em escolas que vão perdendo alunos, o espaço aberto. Porque faltam equipamentos nos bairros.

**E do ponto de vista da educação propriamente dita?**

Há uma dimensão de resposta social da autarquia: todos os anos as famílias gastam centenas de eu-

ros em livros escolares. Não faz sentido. É possível uma política municipal de reutilização, criando uma bolsa de manuais. E é possível que as escolas facultem o pequeno-almoço gratuito a todas as crianças, como outros municípios têm feito. Deve-se também entender a área da educação como uma ligação com outras áreas, como o ambiente, promovendo hortas urba-

nas nas escolas, como a cultura, promovendo atividades e oficinas de criação cultural, em ligação com as escolas artísticas e com os agentes culturais da cidade.

**Ainda no campo da educação, o que se pode fazer com o Superior para atrair investimento e projetar internacionalmente o Porto?**

O ensino superior tem sido estrangulado pelo Governo do PSD/CDS e, ainda assim, é um exemplo de resistência, porque mesmo dentro dos cortes vai produzindo conhecimento com muito interesse. Conhecimento no âmbito da saúde pública, da arquitetura, da engenharia, do ambiente, da energia, no domínio social. O conhecimento que é produzido sobre os bairros, a sua textura, tudo isso tem sido desperdiçado pela autarquia, que tem estado de costas voltadas para a universidade. Ora a universidade é uma força importante da cidade. Aqui, é preciso um duplo movimento: que a autarquia aproveite este conhecimento em benefício da cidade e que as universidades se abram ao

mundo da vida e ao próprio pulsar da cidade.

**Os transportes públicos têm assistido a uma quebra no número de utentes. A STCP perdeu este ano nove milhões de passageiros...**

Tenho ouvido candidatos a prometer pontes, passeadeiras rolantes na cidade... O declínio na utilização dos transportes públicos resulta dos cortes de linhas e do fim do passe social para uma parte significativa das pessoas. Recuperar passageiros tem que passar por retomar o passe social. E a autarquia pode fazer isso, outras fizeram.

**A concessão de linhas...**

É preciso parar a concessão a operadores privados e o encolhimento da STCP, que é uma empresa exemplar do ponto de vista ambiental, da mobilidade, reconhecida em termos europeus. Essa empresa não deve ser destruída como tem vindo a ser, irresponsavelmente, pela Direita. Deve ser valorizada como empresa pública e não pode ser gerida a partir de Lisboa.

**Entende que o serviço concessionado é mau?**

Entendo que tem havido um abuso nessa concessão.

**Mas do ponto de vista do utente, se o resultado for o mesmo, o transporte à que-lha hora...**

É mais caro para o Estado e enfraquece uma empresa pública que é um exemplo. Depois, temos o elétrico. Há quatro linhas previstas no PDM, mas não estão todas a funcionar. É, obviamente e ainda bem, uma atração turística, mas deve servir também a população. Atualmente, os preços do elétrico são incompatíveis.

**A mobilidade passa também pelo estacionamento...**

Ai é preciso fazer duas alterações: rever os contratos de concessão para reduzir o preço e fazer parcerias com o comércio local e com instituições culturais, para que idas a espetáculos e compras possam trazer um desconto ou até, nalguns casos, isenção. E o dinheiro que é recolhido em estacionamento deve ser afetado à promoção do transporte público e da acessibilidade. ●

**como parente pobre pelo Governo, que tenta empurrá-la para a autarquia.**

Defendemos que metade do IMI, no último orçamento cerca de 40 milhões de euros (já foi mais), deve ser devolvido à cidade, sob a forma de reabilitação. Por isso é que temos defendido que a câ-

ra deve investir 25 milhões de euros por ano na reabilitação urbana. O IMI deve ser agravado para quem especula e deve ser baixado aos 0,3% para a generalidade dos agregados, que vivem com dificuldades devido à crise e à austeridade. Mas também sabemos que a autarquia tem



Veja o vídeo da entrevista em [www.jn.pt](http://www.jn.pt)



**O declínio na utilização dos transportes públicos resulta do fim do passe social”**

→ ENTREVISTA // JOSÉ SOEIRO CANDIDATO DO BLOCO DE ESQUERDA À CÂMARA DO PORTO

# “O problema destas eleições é haver quem tenha passado a mais”



**É o candidato mais novo que alguma vez se propôs à Câmara do Porto. Sente-se preparado para o desafio?**

Acho que sim. E acho que o problema nestas eleições não é de quem tenha passado a menos, é de quem tenha passado a mais na gestão autárquica.

**Não faria mais sentido ter um dos dois líderes do Bloco de Esquerda, João Semedo e Catarina Martins, que estão ligados ao Porto, a encabeçar uma candidatura?**

Nós fizemos uma candidatura que corresponde a um diagnóstico sobre a cidade: para dar mais força e trazer mais Esquerda para a câmara do Porto, precisávamos de construir um espaço aberto de participação no BE em pé de igualdade com ativistas da cidade. Foi no âmbito desse processo que escolhemos os nossos protagonistas. E acho que temos uma candidatura forte. A riqueza desta lista está em juntar diversas experiências de representação e de participação na cidade, da Esquerda política e da Esquerda social, de diferentes gerações (o nosso mandatá-

rio, Alexandre Alves Costa, tem mais de 70 anos, Mário Moutinho, número dois à câmara, também) e com diferentes percursos.

**Ou seja, não é só uma lista do Bloco?**

É uma lista do Bloco em que participam os ativistas do BE, com a experiência de intervenção acumulada pela energia combativa dos nossos deputados municipais, à qual se junta esta nova energia de um conjunto de ativistas que tem participado nos movimentos de resistência na cidade, pelos seus equipamentos, contra a austeridade, pelo Bolhão, pelo Rivoli, nas experiências de ocupação e utilização de espaços abandonados com atividades culturais e sociais. É a riqueza das vozes que têm tido um papel importante e que muitas vezes representaram o que de mais interessante houve na resistência a esta coligação de Direita que tem governado a cidade. Vozes que demasiadas vezes ficaram à porta da câmara e das instituições. Queremos essas vozes dentro da democracia e que passem a determinar as escolhas.

**Explique-nos de uma vez por todas o que quer dizer com “virar o Porto ao contrário”.**

O Porto tem sofrido um processo de declínio muito forte. Perdeu habitação, empobreceu, as forças criativas e os agentes culturais foram hostilizados e mesmo o património do Porto foi muito desvalorizado. O Porto tem uma energia fortíssima do ponto de vista da sua identidade, do seu património e das suas gentes e isso foi desprezado de muitas formas. Porque o Porto sofreu um processo de alienação do seu património como nunca tínhamos visto e porque aquilo que faz a identidade do Porto foi muitas vezes tratado como um acessório. Virar o Porto ao contrário é virá-lo do declínio, do empobrecimento, do esvaziamento e do desprezo que tem havido na cidade em relação a quem a faz todos os dias – os seus moradores, os seus ativistas, quem a dinamiza. É pensar a cidade ao contrário do que tem sido o modo como a Direita a tem governado.

**Qual é o objetivo desta can-**

**didatura? Eleger um vereador, dois?**

Nós queremos passar a ter representação no executivo da câmara e fazer parte de um governo à Esquerda na cidade. Às vezes que aqui se junta e a energia nova que podem trazer para a câmara do Porto farão toda a diferença. **Não seria mais fácil conseguir isso através de uma coligação de esquerda?**

Para haver uma coligação é preciso duas coisas: a primeira é que as várias forças de Esquerda passem a estar representadas no executivo camarário; a segunda é que se estabeleça desde já, e antes até

dos resultados eleitorais, que existe uma vontade de convergência à Esquerda para um governo da cidade, porque já se sabe que nenhuma força governará sozinha. É preciso que as forças à Esquerda – a nossa candidatura, mas também a da CDU e a do PS – clarifiquem se assumem a vontade de que exista essa convergência e o compromisso de que não farão nenhum acordo nem nenhuma coligação com a Direita para governar a cidade. Nós, pela nossa parte, dizemos que não faremos. Sabemos que no passado esses acordos já existiram. O PCP fez parte de uma maioria no primeiro mandato de Rui Rio. Assumam que é à Esquerda que se farão as alianças!

**Portanto, só depois das eleições...**

Depois, mas era importante que houvesse desde já este compromisso de que a Esquerda não será uma parte da governação da Direita na cidade.

**O BE foi quem mais fez para tentar impugnar as candidaturas em limite de mandatos. A decisão do Tri-**

**bunal Cível do Porto em relação à candidatura de Luís Filipe Meneses foi uma derrota vossa? A esta altura do processo, em que tiveram de subir ao Tribunal Constitucional, o Bloco está a perder?**

O Tribunal Constitucional terá a última palavra. Houve uma lei para limitar os mandatos e para renovar a vida política, para trazer uma renovação que é uma exigência da cidadania, numa visão moderna da democracia, e que parte da ideia de que ser presidente da câmara não é uma profissão. Quando essa lei foi discutida, o PSD nunca disse que era uma lei da itinerância de presidentes da câmara. Era uma lei de limitação de mandatos. Portanto, entendemos que é preciso que esse princípio republicano da limitação de mandatos não seja esvaziado através de uma interpretação que tirou conteúdo cidadão à lei. Aguardaremos a decisão do Constitucional. Houve, aliás, decisões muito diferentes na primeira fase de pronunciação de tribunais... ●

66

*A esquerda deve assumir que não será uma parte da governação da direita”*